

CARTAS DE MULHERES: NARRATIVAS DE EDUCADORAS E DISCENTES SOBRE A CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA ESCOLA

Ingrit Yasmin Oliveira da Silva Batista *
Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula **

Resumo: O objetivo deste artigo foi verificar, por meio das narrativas escritas em cartas pedagógicas de educadoras e discentes, quais as representações nas práticas pedagógicas e nos currículos sobre a Cultura Afro-Brasileira e Africana na escola. A pesquisa foi realizada com quatro educadoras e quatro discentes do 4º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de quatro diferentes escolas, localizadas na cidade de Campo Mourão-PR. A pesquisa foi qualitativa e os instrumentos metodológicos utilizados foram às cartas pedagógicas. Como resultados, observa-se que as narrativas que circulam o cotidiano escolar precisam ser dialogadas. Com esta pesquisa, por meio das análises das cartas, constata-se que o trabalho com a Cultura Afro-Brasileira é abordado de maneira fragmentada, por isso, a necessidade de fomentar estudos sobre a importância da representatividade negra, que precisa ser visibilizada pelos(as) docentes, discentes e toda a equipe da escola, com o intuito de possibilitar o reconhecimento sobre a negritude.

Palavras-chave: Cartas Pedagógicas. Narrativas. Cultura Afro-Brasileira e Africana.

LETTERS FROM WOMEN: NARRATIVES OF EDUCATORS AND STUDENTS ABOUT AFRO-BRAZILIAN AND AFRICAN CULTURE AT SCHOOL

Abstract: The purpose of this article was to verify, through the narratives written in pedagogical letters of educators and students, which representations in pedagogical practices and curricula on Afro - Brazilian and African Culture in school. The research was carried out with four educators and four students from the 4th Year of the Initial Years of Elementary Education from four different schools, located in the city of Campo Mourão-PR. The research was qualitative and the methodological tools used were pedagogical letters. As results, it is observed that the narratives that circulate the school everyday need to be dialogued. With this research, through the analyzes of the letters, it is verified that the work with Afro-Brazilian Culture is approached in a fragmented way. Therefore, the need to promote studies on the importance of black representation, which must be made visible by teachers, students and all school staff, in order to make it possible to recognize blackness.

Keywords: Pedagogical letters. Narratives. Afro-Brazilian and African Culture.

Introdução

A escrita à mão tem perdido espaço para computadores, *tablets* e celulares, devido à atual facilidade em digitar e poder observar as correções gramaticais e ortográficas da língua. Escrever passa a ser uma maneira utilizada no ambiente educacional durante avaliações, vestibulares, entre outros momentos. Todavia, essa forma de escrita está em desuso na sociedade contemporânea, principalmente nas escolas.

As cartas informais são narrativas que revelam subjetividades, percepções e valores sobre o mundo e a sociedade. As escritas de cartas à mão deveriam ser mais estimuladas, tanto nas escolas quanto na produção de pesquisas. Pelas cartas, as pessoas narram suas vidas, memórias e histórias.

Este artigo apresentará uma pesquisa realizada com educadoras e discentes do Ensino Fundamental, de uma cidade do interior do Paraná. Foram solicitadas as produções de cartas com a temáticas relacionadas às formas de trabalho nas escolas e no currículo sobre as questões étnico-raciais.

O estudo incluiu quatro educadoras e quatro discentes do 4º ano do Ensino Fundamental de quatro diferentes escolas da rede pública, situadas no município de Campo Mourão – PR. O objetivo foi verificar quais as representações nas práticas pedagógicas e nos currículos sobre a Cultura Afro-Brasileira e Africana na escola por meio das narrativas escritas em cartas pedagógicas.

O tema das cartas visava averiguar o trabalho com a Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar, bem como, a maneira com a qual as educadoras desenvolviam suas práticas em prol da efetivação da Lei 10.639/03, que se justifica pela necessidade de abolir as desigualdades sociais e históricas que afetam a população negra. Já em relação as discentes, a proposta era verificar se essa lei estaria sendo cumprida nas escolas.

Foram marcados dois encontros com as educadoras, que ocorreram da seguinte maneira: no primeiro encontro, no momento de hora atividade das educadoras nas escolas, elas foram convidadas a participarem da pesquisa, e puderam sanar suas dúvidas quanto à escrita das cartas.

Neste dia, optou-se, em conversa com as educadoras, que as discentes poderiam escrever as cartas em suas casas. Foi realizada uma conversa com as discentes acerca da temática, e elas aceitaram participar da pesquisa. As educadoras ficaram responsáveis por conversar com as famílias das discentes a fim de autorizar a participação na pesquisa. O segundo encontro ocorreu após um mês, portanto, as educadoras e as discentes já haviam escrito suas cartas à mão, que foram entregues para a pesquisadora. Para a escrita das cartas foram estabelecidas reflexões junto às educadoras e as discentes no primeiro encontro, mediante a seguinte questão problemática: Como os(as) negros(as) foram retratados(as) no currículo das escolas nas quais você estudou e na sociedade atual? A pesquisa se caracterizou como

qualitativa e os procedimentos metodológicos e instrumentos utilizados se constituíram na produção das cartas. Os fundamentos teóricos estiveram voltados aos estudos culturais, com autores como Arroyo (2000) e Santomé (1995), os quais ressaltam a importância de um currículo planejado para que não haja posturas de silenciamento da Cultura Afro-Brasileira no ambiente escolar.

O artigo foi sistematizado da seguinte maneira: introdução; metodologia da pesquisa com o uso de cartas; apresentação das narrativas escritas por meio das cartas das educadoras sobre como os(as) negros(as) são retratados no currículo das escolas; a imagem das discentes em relação às educadoras; os resultados das análises das cartas pedagógicas, e finalmente as considerações finais acerca do trabalho realizado. Nesse sentido, pretende-se colaborar com as discussões e reflexões sobre a formação docente e discente em prol do combate ao racismo, por meio do uso das cartas como estratégia de pesquisa.

1 Cartas como metodologia e instrumento de pesquisa

No século XXI não é atualmente comum a utilização de cartas como estratégia de pesquisa no cotidiano escolar, o que se dá devido ao uso exacerbado da tecnologia rotineiramente nas escolas e na sociedade. Embora relevante, o uso exclusivo de recursos tecnológicos como estratégia em sala de aula limita outras possibilidades. De acordo com Portal (2012),

A escrita é uma maneira de expressão através de símbolos. Através do ato de escrever é possível desenvolver distintas competências e habilidades, além de possuir grande representatividade como um meio de comunicar-se, inevitavelmente na era digital e virtual o qual vivemos atualmente (PORTAL, 2012, p.16).

A produção de cartas envolve um longo tempo para escrever o texto, refletir sobre o que se escreve e analisar o produto final para o envio destas. Em tempos modernos, o imediatismo faz com que poucas pessoas escrevam cartas. As autoras Sousa e Cabral (2015) ressaltam que a carta possui uma linguagem determinada por meio da intenção comunicativa entre os pares, sendo também um instrumento pedagógico de fácil acesso. Quanto ao uso da escrita de cartas, Paula (2018) destaca que:

Escrever cartas era uma atividade proposta por educadores(as) nas escolas e não se limitava ao treino de um tipo de gênero textual voltado para a redação do vestibular. A escrita das cartas ia além das salas de aula, principalmente, as cartas de amor, que eram cuidadosamente escritas por casais enamorados. Para os analfabetos, existiam os escribas, responsáveis em escrevê-las e compartilhar as emoções das pessoas que não tinham acesso aos processos de escolarização. Cartas formais, informais, amorosas, fazia parte desse cotidiano das pessoas. A espera das cartas e sua recepção também eram momentos expressivos. Conhecia-se o mundo, através das descrições dos amigos e parentes. A espera, o tempo, a qualidade do texto, a caligrafia das letras, os envelopes, a tinta das canetas, todos esses elementos eram cuidadosamente preparados por quem redigia essas cartas para impressionar o leitor. A escrita era autêntica, criativa, ficcional ou realista. Esses aspectos dependiam do contexto e da situação. As cartas eram documentos e testemunhos de um tempo distante que parece não voltar mais. (PAULA, 2018, p. 17).

Cabe ressaltar que de acordo com a autora, havia um planejamento ao escrever as cartas, desde o papel em que seria escrito até a cor da caneta. Quem escrevia e quem recebia eram conectados mesmo de longe por aquelas escritas, sendo que ela lamenta que as cartas tenham desaparecido do cotidiano das pessoas.

Em relação à escola, Trilla destaca que:

[...] o sistema deve ser aberto, flexível, evolutivo, rico em quantidade e diversidade de ofertas e meios educacionais. E um sistema educacional só poderá sê-lo se realmente incorporar o setor não-formal e considerar e valorizar o informal. (TRILLA, 2008, p. 35).

Fica evidente a necessidade de considerar outras formas de aprendizagem, o que propiciará um melhor desenvolvimento e desempenho dos alunos. Nesse sentido, a escola deve ser um ambiente de aprendizagem aberto ao diálogo, que faça sentido na e para a vida dos sujeitos. Um espaço que em vez de excluir a família, mantenha uma relação de reciprocidade e ofereça possibilidades aos educandos para que se tornem cidadãos críticos, participativos e autônomos, tanto na escola quanto na sociedade.

Em seus escritos, Gadotti (2011) enfatiza que a carta possibilita a cumplicidade entre quem escreve e quem lê, além disso, menciona que quem escreve a carta convida ao diálogo, por representar assim uma ferramenta pedagógica poderosa para o ensino.

A narrativa faz parte da história da humanidade e, portanto, deve ser estudada dentro dos seus contextos sociais, econômicos, políticos, históricos, educativos. É comum ouvir através de narrativas diversas que os seres humanos são, por natureza, contadores, narradores de história, e que gerações e gerações repetem esse ato quase que involuntariamente uns aos outros. (SOUSA; CABRAL, 2015, p. 150).

Ademais, as cartas nesta pesquisa foram utilizadas como narrativas uma vez que as participantes relataram suas histórias pessoais e profissionais bem como sua relação com a Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Para a coleta de dados, as participantes foram informadas sobre os procedimentos éticos da pesquisa. Foram esclarecidos os objetivos do trabalho e entregues os consentimentos informados às educadoras e discentes participantes a fim de que estivessem cientes da veracidade e da ética da pesquisa para que a autorizassem. As participantes educadoras assinaram o consentimento informado para participação neste trabalho e os(as) responsáveis legais das menores as representaram no ato de assinatura. Os seguintes critérios foram empregados para selecionar as participantes: um(a) professor(a) e um(a) aluno(a) de quatro diferentes escolas localizadas na região periférica do município de Campo Mourão - PR.

Devido à falta de docentes homens e negros nas escolas escolhidas, o trabalho incluiu apenas professoras mulheres, por essa razão optamos também por escolher apenas alunas. O intuito foi verificar se as práticas pedagógicas das educadoras possuíam semelhanças ou diferenças, bem como qual seria a maneira que discentes negras são representadas, por se tratar de escolas localizadas próximas umas às outras. As educadoras e/ou as discentes deveriam ser negras, a partir disso, foi solicitado que as educadoras descrevessem sobre sua prática pedagógica vinculada à Cultura Afro-Brasileira e Africana, já às discentes, foi solicitado que escrevessem quais as imagens que possuíam acerca dos(as) professores(as) e como estes narravam a forma como eram retratadas no currículo escolar.

Com a implantação da Lei 10.639/03, tornou-se obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar (BRASIL, 2003). Dessa maneira, existe a necessidade de ações didáticas nas diferentes etapas de aprendizagem e modalidades de ensino, que devem ser realizadas durante todo o ano letivo e não de maneira fragmentada, a fim de valorizar a história e cultura das pessoas em suas variadas diferenças. Becker (2012) fomenta que:

O professor construirá, a cada dia, a sua docência, dinamizando seu processo de aprender. Os alunos construirão, a cada dia, a sua “discência”, ensinando, aos colegas e ao professor, novos saberes, noções, conceitos, objetos culturais, teorias, comportamentos. Farão muitas vezes perguntas banais, mas outras que desafiarão o professor. (BECKER, 2012, p. 24).

Sendo assim, o docente acredita que o(a) discente sempre será capaz de aprender assim como de ensinar algo novo. O processo de valorização dos(as) docente permite que os(as) discentes criem conhecimentos e novas respostas para antigas perguntas a fim de construir um mundo de respeito ao próximo, considerando válidos todos os tipos de saberes, aprendidos tanto na educação formal quanto em outros contextos.

As das análises das narrativas das cartas permitiu verificar um diálogo das participantes da pesquisa sobre como compreendem o papel do(a) professor(a) e das instituições na inserção do currículo sobre a Cultura Afro-Brasileira e Africana. Optou-se pelo critério de escolher nomes fictícios a partir de letras sequenciais do alfabeto para preservar a identidade das educadoras e discentes participantes da pesquisa. Portanto, os nomes estão de acordo com as quatro primeiras letras do alfabeto. A seguir, encontram-se dois quadros que se referem à composição geral contendo as informações das educadoras e discentes.

Quadro 1 – Dados informativos sobre as educadoras participantes.

DADOS INFORMATIVOS DAS EDUCADORAS					
Nome	Idade	Formação Acadêmica	Instituição de Formação	Tempo de atuação na Educação	Pós-graduação Lato Sensu ou Stricto Sensu
Aline	29	Pedagogia/ Presencial	Pública	3 anos	Lato Sensu em Educação Especial
Bianca	48	Pedagogia/ Presencial	Pública	6 anos	Lato Sensu em Psicopedagogia/ Neuropedagogia
Caroline	26	Pedagogia/ Presencial	Particular	3 anos	Lato Sensu em Psicomotricidade/ Educação Especial
Daniela	45	Magistério/ Pedagogia/ Presencial	Pública	10 anos	Lato Sensu em Educação Especial

Fonte: elaborado pelas autoras.

Quadro 2 – Dados informativos sobre as discentes participantes.

DADOS INFORMATIVOS DAS DISCENTES			
Nome	Idade	Formação Acadêmica	Instituição de Formação
Alice	10	Estudante do 4º ano	Pública
Bruna	10	Estudante do 4º ano	Pública
Camila	9	Estudante do 4º ano	Pública
Daiane	9	Estudante do 4º ano	Pública

Fonte: elaborado pelas autoras.

Todas as educadoras entrevistadas, são professoras concursadas pelo município de Campo Mourão – PR, e atuam em turmas do 4º Ano do Ensino Fundamental. Sua faixa etária abrange entre 26 a 48 anos de idade; são graduadas em Pedagogia e possuem Pós-graduação em nível *Lato Sensu* em áreas da educação. As discentes participantes estudam no 4º ano do Ensino Fundamental, estão na faixa etária de 9 a 10 anos de idade, e estudam em escolas públicas municipais.

Esta pesquisa tem caráter qualitativo e as cartas foram os instrumentos metodológicos para analisar as narrativas de docentes e discentes sobre a cultura afro-brasileira e africana na escola.

Em seguida, serão analisadas quais as representações das educadoras sobre como os (as) negros(as) são retratados no currículo das escolas bem como a imagem das discentes em relação às educadoras.

1.1 Narrativas: como os(as) negros(as) são retratados no currículo das escolas?

Para que as crianças se aproximem e conheçam outras culturas, é necessário que o trabalho a respeito das questões étnico-raciais esteja atrelado a atividades cotidianas durante todo o ano letivo e não somente em datas comemorativas, tais como o “Dia da abolição da escravatura” e o “Dia Nacional da Consciência Negra”, comemorados nos dias 13 de maio e 20 de novembro, respectivamente.

Sobre como os(as) negros(as) são retratados no currículo das escolas, a docente Aline destacou:

Sou negra, e assim vale ressaltar aqui que acredito e me posiciono que devemos valorizar o ser humano, e desse modo valorizar a história e cultura afro-brasileira e africana [...] durante o ano letivo, procuro desenvolver e trabalhar de acordo com o planejamento anual da secretaria da educação. [...] Eu acredito e trabalho de forma com que os meus alunos respeitem e valorizem as pessoas como seres humanos, e não de acordo com a sua cor da pele, raça, sexo, entre outros. (Aline).

Ademais, Gomes (2003) reverbera a necessidade de ações didáticas voltadas a tal temática e ressalta:

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável quando discutimos, nos processos de formação de professores, sobre a importância da diversidade cultural? (GOMES, 2003, p. 171).

O excerto acima faz repensar se as escolas realizam um trabalho efetivo em prol do ensino da Cultura Afro-Brasileira e Africana. A docente Bianca menciona:

Na escola onde trabalho já ouvi sim vários relatos de preconceito contra eles (os negros), até mesmo de pai questionar se ela era professora mesmo. [...] Ano passado [...] cheguei a participar sim de formações continuadas que abordavam o tema e foi de suma importância para minha formação. (Bianca).

Por meio da carta da docente, percebe-se que o(a) negro(a) ainda é visto como inferior ao branco quando o pai de uma aluna questiona se a professora negra era realmente professora. Outro aspecto importante diz respeito aos cursos de formação continuada nos quais a docente menciona que participou, tendo feito a diferença na sua formação. Diante disso, Esteve (2004) destaca que:

A formação inicial e continua de nossos profissionais é o elemento essencial para melhorar a qualidade de nossos sistemas educacionais. A formação inicial deve começar já a preparar os futuros professores para os desafios da nova sociedade do conhecimento, e para enfrentar, nas salas de aula, os novos problemas derivados das

profundas mudanças. Por isso, o primeiro desafio a enfrentar é a formação dos nossos professores. (ESTEVE, 2004, p. 160).

Para pessoas negras é mais difícil ocupar posições privilegiadas na sociedade devido à falta de oportunidade e ao preconceito ainda existentes. Acerca da prática pedagógica sobre os(as) negros(as) na escola, a docente Caroline afirma:

É realizada de maneira superficial. Acredito que não há um silenciamento, mas é algo pouco trabalhado e desenvolvido no ambiente escolar. Durante o ano letivo é trabalhado a questão do respeito de maneira geral em relação ao preconceito e a diversidade, no qual os alunos expõem suas ideias em forma de debates, mas não somente ou especificamente sobre a Cultura Afro-Brasileira e Africana. É tratado de maneira global e em especial em datas comemorativas. Além das conversas, estamos trabalhando com vídeos, documentários, filme e atividades em grupos para que haja melhor socialização, pois na turma há uma diversidade de problemas familiares e que está refletindo na escola, porém é um trabalho longo e que deve ter continuidade. Fiz um trabalho de leitura e debate com livros sobre sentimentos [...] os alunos gostaram muito e expuseram suas angústias e conflitos, inclusive o de não se sentir aceito pelos colegas por conta da cor. (Caroline).

Por meio da sua carta, a docente ressalta que os(as) negros(as) são retratados no currículo de maneira artificial. Aponta ainda que as escolas trabalham de maneira geral sobre as questões voltadas a esse respeito. No entanto, somente durante as datas comemorativas é que o tema recebe destaque. Ademais, ela menciona sobre os problemas familiares dos(as) alunos(as), que interferem na aprendizagem escolar.

Alguns fatores interferem no cumprimento da lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003), como destaca Onasayo (2008), sendo eles:

a) falta de material; b) falta de projeto coletivo de articulação; c) dificuldades em se trabalhar com a temática afrodescendente; d) falta de tempo; e) falta de embasamento teórico e prático para se trabalhar com o tema; f) a falta de condições teórico-práticas para usar o conteúdo como instrumento para o exercício de uma didática do antipreconceito; ou seja, falta de praticamente tudo. (ONASAYO, 2008, p. 117).

Estes empecilhos, mostram que o porquê de o racismo não ser trabalhado como parte do cotidiano, e ser abordado atrelado às temáticas relacionadas ao preconceito. Neste sentido, muitos(as) profissionais da educação optam por não dar

importância para um assunto tão pertinente, que afeta a negritude de maneira negativa.

Como fomenta Ribeiro (2019), o Brasil é um país racista, e isso se dá pois o racismo nega direitos ao privilegiar um grupo racial e excluir o outro, é o caso da população negra. A docente Daniela descreve sobre os(as) negros(as) no currículo e no cotidiano escolar da seguinte maneira:

Na escola onde atuo, foram realizadas atividades com relação à valorização da cultura Afro-Brasileira e Africana, desde o início do ano. Principalmente nas aulas de Filosofia, abrindo espaço para a roda de conversa, dinâmicas, leituras, contação de histórias e músicas, além da data comemorativa. Ao abordar o tema alguns alunos disseram que já sofreram preconceito e já viram na rua pessoas sendo preconceituosas com outra. E a mesma com medo silenciou. Eu jamais mudaria a forma de acreditar que ainda existe esperança e que nós podemos fazer a diferença na vida de uma criança. (Daniela).

Os escritos da docente revelam que para pessoas negras ainda é difícil dialogar sobre aquilo que as inquieta e incomoda. Para Sousa e Cabral (2015),

É esse caráter flexível da memória, tecida na relação com o outro, que permite aos sujeitos refazerem suas histórias, nas suas lembranças, resistindo àquilo que os incomoda, acrescentando fatos oriundos do seu desejo de que tivesse sido diferente, como novas possibilidades para suas vivências. Assim, entendemos que as situações narradas são revividas e reelaboradas no processo de rememoração. (SOUSA; CABRAL, 2015, p. 150).

É comum que negros e negras silenciem suas emoções por medo. Como educadoras, faz-se necessário acreditar e lutar por uma sociedade que respeite todas as diferenças existentes por meio de práticas pedagógicas que abordem a valorização da diversidade nacional.

1.2 A imagem das discentes em relação às educadoras

O Ensino Fundamental, que durante muitos anos foi destinado às pessoas com maior poder aquisitivo, e excluía as crianças com baixo rendimento, que eram as negras por não ter acesso à educação, foi substituído e ampliado para abranger toda a população.

Retomando-se a dinâmica histórica, nos últimos 80 anos, expandiram-se significativamente as oportunidades de acesso e permanência no sistema escolar para amplas camadas da população (Beisegel, 1986), fazendo com que, ao final do século XX, o ensino fundamental obrigatório estivesse praticamente universalizado no que diz respeito ao acesso. (OLIVEIRA, 2007, p. 666).

Diante do exposto, é perceptível que muitos foram os avanços educacionais ocorridos no Brasil, contudo, ainda há muito o que se fazer para que não haja desigualdades sociais no país, pois, como fomenta Oliveira (2007),

[...] a desigualdade e a exclusão permanecem. Não é por isso sequer que o ensino fundamental tenha deixado de ser etapa produtora de desigualdade educativa. Além disso, os discriminados de ontem continuam a ser os discriminados de hoje. Mas a desigualdade existente hoje não é mais a mesma e nem ocorre nos mesmos termos da que ocorria no passado. (OLIVEIRA, 2007, p. 682).

A universalização do Ensino Fundamental foi um grande avanço na área da educação, no entanto, ainda ocorre a exclusão daqueles considerados fora dos padrões estabelecidos pela sociedade. No ambiente escolar, educadores(as) devem se atualizar, buscar novos conhecimentos para lidar com os desafios da atualidade. A educação autoritária, baseada em um ensino sem diálogo, precisa ser superada.

Ao escrever sobre a imagem que as alunas têm sobre as educadoras, o pesquisador Arroyo (2000) reflete sobre o pouco conhecimento dos(as) educadores(as) sobre a própria história, ressaltando ainda que a

Educação nos lembra a escola, não seus profissionais, os educadores. Estes não conseguem ser a referência, mas a instituição escola. Até a história da educação estudada pelos professores(as) é a história da escola, dos sistemas de ensino e não sua história profissional, dos seus saberes de ofício. (ARROYO, 2000, p. 10).

O autor traz a possibilidade de educadores(as) (re)pensarem sobre sua formação. A discente Alice relatou a respeito da sua imagem sobre as educadoras.

Na minha escola eu acredito que a valorização da Cultura Afro-Brasileira e Africana tem sido muito boa, porque eu nunca visualizei o preconceito, sei que existe muito preconceito e racismo, nunca soube que alguém sofreu e ficou em silêncio em relação a isso. Há pouco, vimos sobre a escravidão e sua abolição, com a Lei do vinte Livre, a Lei do Sexagenários e a Lei Áurea [...] a imagem que

eu tenho sobre os professores é uma imagem muito clara, eu tenho uma enorme admiração, porque eles nos ensinam tudo o que precisaremos para o futuro, sem os professores profissão nenhuma se forma, lutam incansavelmente para ensinar melhor e muitas vezes não são reconhecidos, são agredidos e humilhados pelas autoridades. (Alice).

A aluna demonstra admirar os(as) docentes e revela a precariedade das suas condições de trabalho. Além disso, aborda sobre a necessidade de um olhar atento para tal classe, que não é valorizada como deveria. A estudante Bruna ressaltou que na escola onde estuda têm:

[...] alunos e funcionários negros e, não há silenciamento deles, pois eles têm o mesmo direito de se expressar que os demais, porém, em algumas situações já presenciei colegas negros sofrendo [...] Os professores são pessoas que dedicaram e dedicam seu tempo e estudo para nos ensinar. (Bruna).

Assim, justifica-se a necessidade de abordar sobre temas relevantes em sala de aula. Embora a discente relate que negros e negras tenham o direito de se expressar, muitos(as) ainda silenciam seus sentimentos e dores. A autora Gomes (2017) fomenta que,

A própria inclusão do racismo como crime inafiançável na Constituição Federal e a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e particulares da educação básica não teriam se transformado em realidade, ajudando a todos nós, brasileiros e brasileiras, de todo e qualquer grupo étnico-racial, a superar a nossa ignorância sobre o racismo e seus efeitos nefastos, como a reconhecer o protagonismo das negras e dos negros, que representam 53% da população que vive e constrói o nosso país. (GOMES, 2017, p. 18-19).

O racismo ainda existe, por essa razão, é necessário que educadores(as) defensores de uma educação antirracista, que defendam que negros(as) e brancos(as) tenham os mesmos direitos enquanto cidadãos.

Além disso, quando os(as) docentes dedicam seu tempo para ensinar, oferecem inúmeros benefícios aos(as) alunos(as).

[...] a professora nos ensina a história dos escravos do Brasil e toda sua cultura que até hoje são valorizadas como a gastronomia, danças, artesanato, e alguns esportes e costumes, etc. [...] Nunca presenciei algum ato de preconceito ou silenciamento de pessoas negras na minha escola [...] uma boa professora,

entendo tudo que ela explica é um trabalho consolidado que forma todas as profissões, mas não é valorizado como deveria ser. (Camila).

Diante de tal afirmação sobre as relações educador-educando, Freire (1997) apresenta a seguinte afirmativa:

O aprendizado do ensinante, ao ensinar se verifica na medida em que o ensinante, humilde, aberto, se ache permanentemente disponível a repensar o pensado, rever-se em suas posições; em que procura envolver-se com a curiosidade dos alunos e os diferentes caminhos e veredas que ela os faz percorrer. (FREIRE, 1997, p. 19).

Nessa perspectiva, os(as) educadores(as) devem fazer os(as) educandos(as) refletirem sobre suas ações e instigar sua curiosidade para que busquem diferentes possibilidades de investigação. A discente Daiane revelou que,

Na minha escola nós falamos sobre o silenciamento, as ameaças, racismo e crime. A imagem que eu tenho dos negros é igual a de todo mundo, só que todo mundo tem o seu jeito. (...) quando eu iniciei na escola de Curitiba eu era uma cor mais escura na minha sala daí eu comecei a sofrer racismo, mas eu não ficava em silêncio, eu contava para minha professora. Depois que a menina saiu da minha escola eu parei de sofrer racismo. (Daiane).

O texto supracitado reverbera a necessidade de ações didáticas que abordem as questões raciais nas diferentes etapas de aprendizagem e modalidades de ensino. Silva (2015) menciona que,

Para alguns, o preconceito racial pode ser considerado um tema ultrapassado. Ainda precisamos falar sobre? Sim, precisamos falar sobre o preconceito racial! Ignorar os episódios do passado e não debater abertamente o assunto é negligenciar os esforços de todos aqueles que lutaram por uma mudança. Não falar sobre a situação da mulher negra é desconhecer sua atuação como construtora da história, é ignorar sua luta para sobreviver dentro de uma sociedade onde o preconceito racial era tido como algo comum. (SILVA, 2015, p. 57).

Partindo desse pressuposto e da pesquisa realizada por meio das cartas pedagógicas, foi possível mostrar como as mulheres negras buscaram, e ainda buscam, igualdade racial ao narrar suas histórias pessoais e profissionais, ressaltando

o encorajamento para lutarem por seus direitos civis enquanto mulheres, sobretudo negras.

2 Resultados das análises das cartas pedagógicas

Para atender aos objetivos da pesquisa foram analisadas quatro cartas de educadoras e quatro cartas de discentes, sendo escolhidas uma de docente e uma de discente de quatro diferentes escolas.

As escolas selecionadas representaram instituições públicas que ofertam Educação Infantil e Ensino Fundamental. Todas localizadas no Jardim Lar Paraná, sob a direção de professoras do próprio quadro de servidores(as) municipais que se elegeram a partir eleição livre e direta para o cargo de diretoras, no segundo semestre, no ano de 2017, para atuar na gestão, entre os anos 2018 à 2021.

As análises dos dados das cartas, evidenciou, a partir dos escritos das participantes, que as escolas realizam a abordagem sobre a população negra de maneira fragmentada, junto a outras temáticas, neste sentido, a questão racial fica em segundo plano.

As educadoras escreveram em suas cartas que procuram desenvolver e trabalhar de acordo com o planejamento anual da secretaria da educação e abordam o tema sempre que possível por meio de conteúdos que fomentam a valorização dos seres humanos. Além disso, ressaltaram que ao trabalharem com a temática sobre a Cultura Afro-Brasileira na escola, alunos(as) relataram experiências negativas em suas vidas, nas quais sofreram preconceito, contexto no qual tentam amenizar situações de preconceito por meio de diálogo com os(as) alunos(as) atrelado a atividades em grupo, filmes e contação de histórias.

Contudo, quando as educadoras trabalham o racismo de maneira geral, atrelada ao conceito de valorização dos seres humanos, percebe-se que os currículos das escolas ainda servem como difusão do racismo, e não atendem aos requisitos baseados em uma educação antirracista, voltados para combater preconceitos e desigualdades (BATISTA, 2019).

As discentes mencionaram já terem sofrido com atitudes preconceituosas, bem como, que a imagem da sociedade sobre as pessoas negras deve se modificar para que estas sejam respeitadas. Elas relataram ainda que veem os(as) educadores(as)

como aqueles(as) que se dedicam a ensinar, porém não são valorizados(as) na sociedade.

Diante disso, possuem uma imagem de admiração, demonstrando terem sido tratadas com respeito no âmbito escolar durante o período de escolarização. Embora percebam que deve haver uma mudança na sociedade, percebe-se diante de seus escritos, que a escola não as propiciam enxergar o mundo sob a ótica negra, tendo em vista que com a Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003, tornou-se obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar para que docentes possibilitem a inserção de estudos voltados à população negra durante todo o ano letivo, para que negros e negras sejam reconhecidos(as) e valorizados(as) por sua história de luta e resistência.

Considerações finais

O trabalho com as cartas pedagógicas leva à constatação de que os(as) educadores(as) precisam promover reflexões, questionamentos e discussões junto aos(as) discentes com o intuito de superarem as desigualdades que geram preconceitos. As análises das cartas revelam que as educadoras demonstraram em seus escritos uma preocupação sobre a questão do preconceito racial sofrido por meninas e meninos negros(as) nas escolas brasileiras, no entanto, ainda não realizam a abordagem conforme o esperado pela lei, pois relatam as dificuldades em se trabalhar sobre o racismo na atualidade.

Logo, esta pesquisa promoveu momentos que propiciaram às participantes perceber diferentes narrativas sobre a população negra e repensarem sobre suas histórias de vida. É importante elucidar que as culturas afro-brasileira e africana devem ser trabalhadas durante todo o ano letivo e não apenas de maneira discreta, como em datas comemorativas.

Espera-se, por fim, que a utilização de cartas como recurso metodológico possa ser introduzida em todos os diferentes contextos, a fim de propiciar aos alunos e às alunas possibilidades de acesso a outras representações e conhecimento de suas raízes e pluralidades culturais, bem como oferecer às pessoas a vivência em uma sociedade menos preconceituosa, e que reconheça e valorize as conquistas da população negra.

Notas

* Ingrit Yasmin Oliveira da Silva Batista é mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), professora na rede básica de ensino pela Prefeitura Municipal de Campo Mourão e pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Social em Saúde (GEPESS) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: prof.ingrityasmin@gmail.com

** Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula é doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), professora adjunta da Universidade Estadual de Maringá - UEM do Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE/UEM) e líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Social em Saúde (GEPESS). E-mail: erciliaangeli@yahoo.com.br

Referências

ARROYO, Miguel. **Os saberes dos docentes disputam lugar nos currículos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BATISTA, Ingrit Yasmin Oliveira da Silva. **“Cartas sobre o meu eu”**: trajetórias escolares de professores/as negros/as. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula. Maringá, 2019.

BECKER, Fernando. **Educação e construção do conhecimento**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

CUNHA, Marcus Vinicius da. **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ESTEVE, José Manuel. **A Terceira Revolução Educacional**: a educação na sociedade do conhecimento. São Paulo: Moderna, 2004.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Editora Olho D’água, 1997.

GADOTTI, Moacir. Diálogo e intimidade. In: COELHO, Edgar Pereira. **Pedagogia da Correspondência**: Paulo Freire e a educação por cartas e livros. Brasília: Liber Livros, 2011, p.13-14.

GOMES, Nilma Lino. **Identidade Negra e Formação de Professores**: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SILVA, Fernanda Dorneles da. **“Histórias Cruzadas” e a movimentação social feminina negra pelos direitos civis nos EUA nas décadas de 1950 e 1960**. Centro Universitário Univates, Lajeado: RS, 2015. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/839/1/2015FernandaDornelesdaSilva.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2018.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. **Da Universalização do Ensino Fundamental ao Desafio da Qualidade**: uma análise histórica. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0328100.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

ONASAYO, Claudemir Figueiredo Pessoa. **Fatores Obstacularizadores na Implementação da Lei 10.639/03 de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Perspectiva dos/as Professores/as das Escolas Públicas Estaduais do Município de Almirante Tamandaré-PR**. Curitiba 2008. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná. Curitiba 2008.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira. **Cartas pedagógicas**: estratégias didáticas revisitadas para novos tempos. Curitiba: CRV, 2018.

PORTAL, Leda Lisia Franciosi; ZANCAN, Silvana; AMARAL, Lisandra; FLORENTINO, José; SPAGNOLO, Carla; NETTO, Carla. Cartas: um instrumento desvelador que faz a diferença no processo educacional. **Revista Educação por Escrito**, PUCRS, v.3, n.1, jul. 2012.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019. (Feminismos Plurais / Coordenação de Djamila Ribeiro).

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUSA, Maria Goreti da Silva; CABRAL, Carmen Lúcia de Oliveira. A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. **Horizontes**, v.33, n.2, p. 149-158, jul./dez.

TRILLA, Jaume; GHANEM, Elie; ARANTES, Valéria (org.). **Educação formal e não formal**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2008.

Recebido em: junho de 2019.

Aprovado em: fevereiro de 2020.